

AS CONEXÕES ESCRAVISTAS DO BRASIL NO MUNDO ATLÂNTICO

José C. Curto e Paul E. Lovejoy (orgs.). *Enslaving Connections: Changing Cultures of Africa and Brazil During the Era of Slavery*. Nova York, Humanity Books, 2004. 323p.

Os estudos sobre a história que se desenrolou em torno do Atlântico a partir do século XVI têm que considerar povos em movimento e a formação das novas sociedades resultantes das relações entre a África e a América. Neles a escravidão e o comércio de gente ocupam o primeiro plano. Destacando as conexões que uniram o Brasil e algumas regiões da África, o conjunto de artigos reunidos neste livro, que teve origem em um encontro realizado na York University de Toronto, em 2000, é uma contribuição valiosa para esses estudos. Assim, temos que agradecer a José Curto e Paul Lovejoy, ambos professores naquela universidade, por terem organizado o encontro e o volume, do qual fazem uma breve introdução. Nela chamam a atenção para as perspectivas inovadoras ali presentes.

O livro está dividido em três partes, cada uma delas com quatro artigos. A primeira parte trata do tráfico luso-brasileiro de escravos e é abert-

ta por Alberto da Costa e Silva, a quem o livro é dedicado. Poeta e diplomata, ele é hoje o maior conhecedor de história da África pré-colonial no Brasil, assunto sobre o qual publicou quatro importantes livros na última década. Em seu texto, Costa e Silva diz que a história do Brasil “não pode ser escrita sem considerarmos o que estava acontecendo no outro lado do Atlântico, em cada uma das regiões de onde o Brasil recebia escravos para povoar e desenvolver o seu vasto território.” (p. 24) Quanto aos dois artigos seguintes, estudam o tráfico de uma perspectiva econômica. Ivana Elbl se volta para os primeiros tempos do tráfico, de cerca de 1450 até 1530, chamando a atenção para os riscos de tal negócio, controlado de perto pela Coroa portuguesa. Se Elbl busca considerar o tráfico tanto pelo seu lado europeu como pelo africano, Manolo Florentino dá um panorama dos mecanismos do comércio de escravos no Rio de Janeiro no início

do século XIX. Ao estudar o funcionamento das firmas que comerciavam escravos, insere o Brasil no mercado atlântico e destaca o lugar do capital dos comerciantes sediados no Rio de Janeiro.

Essa primeira parte é fechada por um artigo inspirado de Joseph Miller, no qual ele volta os olhos para os processos de construção de identidades pelos quais passaram os escravos trazidos para o Brasil. Seguindo uma tradição que remonta a Melville Herkovits, Sidney Mintz e Richard Price, Miller propõe a historicização da discussão em torno de “africanismos”, “crioulização” e conceitos afins, tomando o caso do Brasil em particular. Pensando na grande quantidade de africanos que chegavam continuamente, Miller defende a existência de manifestações culturais basicamente africanas na sociedade brasileira, mesmo que com as formas transformadas, por oposição a outras, afro-brasileiras, que só passarão a predominar a partir da suspensão do tráfico atlântico de escravos. Abarcando do século XVI ao XIX, toca muitas questões de interesse e propõe abordagens inovadoras no tratamento da presença de africanos no Brasil, cuja sociedade, entretanto, é vista por ele de modo bastante simplificado, o que expressa a sua pouca familiaridade com a historiografia brasileira.

A segunda parte do livro, para a qual o artigo de Miller serve de ponte, aborda alguns temas ligados à presença de africanos no Brasil escravista. Gregory Guy examina os pidgins e dialetos criados a partir das línguas de origem dos colonizadores e africanos escravizados, e nos mostra as influências das línguas africanas sobre o português falado no Brasil. Sua argumentação, muito bem sustentada, defende que a influência africana no “português brasileiro” foi grande o suficiente para ser considerada um processo de “crioulização”. Tratando da vida espiritual, James Sweet estuda alguns casos de ritos de adivinhação centro-africanos realizados no século XVII no Brasil. Argumenta que na África central os adivinhos tinham a função de restabelecer o equilíbrio quando este era prejudicado, e defende a importância desses agentes no interior de comunidades de africanos escravizados, onde eram inúmeros os motivos de infortúnio. Comparando registros da Inquisição portuguesa com relatos de missionários que atuaram na África centro-ocidental no século XVII, Sweet traça a continuidade entre as adivinhações feitas nos dois lados do Atlântico, tanto na forma quanto no que diz respeito à função que esses ritos tinham — de inquirição judicial e controle social. Mas, também nesse texto, o conhecimento superficial acerca da sociedade colonial

brasileira leva a conclusões problemáticas, como achar que ao recorrerem a ritos africanos de adivinhação (em casos muito pontuais e raros), os senhores brancos concediam uma parcela de poder jurídico a negros, geralmente escravos.

Linda Wimmer trata das formas como se organizaram as famílias escravas, do final do século XVII ao início do XIX, em fazendas produtoras de tabaco no recôncavo baiano, perguntando-se qual o papel da etnicidade em sua constituição e investigando os padrões de reprodução entre os escravos. Uma particularidade que encontrou nesse universo foi justamente a grande quantidade de “crioulos”, isto é, negros nascidos no Brasil. Segundo ela, por pertencerem a um setor menos rentável da economia, os plantadores de fumo só podiam comprar os escravos mais baratos, como as mulheres, e a concentração destas levava a níveis de reprodução mais altos. Encerrando essa parte Mary Karasch avança numa discussão que tem crescido, e que aparece em vários textos da coletânea, referente a designações étnicas ou de origem, e à constituição de novas identidades. Analisando documentos de censo, recolhimento de impostos e listas de batalhões militares formados por negros e mestiços na província de Goiás, no início do século XIX, percebe a proporção entre crioulos e africanos, além das ori-

gens destes, e a significativa presença de escravos “minas”, vindos da costa africana ocidental e desembarcados no porto de Salvador, ao lado dos escravos centro-africanos, chamados principalmente de “angolas”, que chegavam do porto do Rio de Janeiro.

Se a segunda parte do livro trata dos africanos no Brasil, a terceira e última aborda os brasileiros na África, fechando o circuito das relações transculturais entre essas duas regiões do Atlântico. Robin Law trata de Francisco Félix de Souza, nascido na Bahia, importante comerciante de escravos da primeira metade do século XIX, “irmão” ritual do rei do Daomé, Gezo (que lhe favorecia o fornecimento de escravos), e com sólidas conexões em Salvador da Bahia, além de outros portos atlânticos. Exemplo dos mais interessantes de pessoa que articulou mundos diferentes, pertencendo a ambos, Francisco Félix de Souza foi alvo de vários trabalhos acadêmicos, e mesmo herói de um romance (*O vice-rei de Uidá*, de Bruce Chatwin, tradução publicada pela Companhia das Letras em 1987). Em 2004, Alberto da Costa e Silva publicou a mais completa biografia desse comerciante atlântico, que morreu como um chefe daomeano. Profundo conhecedor da região na qual Félix de Souza atuou, Robin Law analisa seu papel como comerciante

articulado a todos os agentes que atuavam no comércio da costa africana ocidental: portugueses, baianos, cubanos, daomeanos, ingleses e franceses. Um dos aspectos do tráfico atlântico ao qual ele estava ligado era a mobilidade pela série de portos costeiros, na região das lagoas e canais que facilitavam o embarque de escravos, escondido da vigilância britânica. Esse comércio mais espalhado, e a participação que nele tinham alguns africanos retornados, é o tema de Silke Strickrodt, que usando fontes documentais pouco exploradas, como registros de missões católicas e documentos da administração britânica, aprofunda o conhecimento dessa realidade, trazida à tona pela obra de Pierre Verger.

Deslocando-se para o sul, para a costa de Benguela, Rosa Cruz e Silva confirma a presença e a importância de comerciantes brasileiros neste porto, mas principalmente mostra como os portugueses provocaram guerras no interior, que produziam escravos para o comércio atlântico, em franca ascensão naquele final de século XVIII. Os chefes locais, os “sobas”, ora se avassalavam, ora resistiam à presença dos portugueses, que não desistiam de querer controlar os sertões de Angola. Com a intensificação das guerras em Benguela, mais escravos eram embarcados para o Brasil, garantindo a presença brasi-

leira no porto. Segundo a autora, “a economia de Benguela e seus sertões se desenvolveu quase exclusivamente para abastecer o Brasil de gente escravizada.” (p. 256)

O último artigo da coletânea trata de tema muito pouco conhecido: a presença de brasileiros no comércio do reino do Congo no século XIX. Susan Herlin aborda o período de ilegalidade do tráfico de escravos e a grande presença de comerciantes brasileiros e cubanos nos portos ao norte de Luanda, mais próximos da foz do rio Congo. Segundo esta autora, o sistema comercial estabelecido a partir das relações entre brasileiros e congolezes deu as bases para o comércio da segunda metade do século XIX, quando britânicos, franceses, norte-americanos e portugueses se tornaram os parceiros comerciais mais importantes. O estudo de Susan Herlin, utilizando documentação muito rica, nos conduz não só ao fim do livro mas também ao fim do período do tráfico de escravos, que ligou o Brasil e a África por cerca de 350 anos.

Nas relações tecidas em torno do Atlântico, e centradas no tráfico e na escravidão, estão as bases de muitas sociedades americanas, entre elas o Brasil, que por sua vez também esteve muito presente na África, principalmente na Costa da Mina e de Angola. Com esse livro, composto de artigos de ótima qualidade, a historiografia da diáspora atlântica olha

para o Brasil com mais cuidado, e propõe uma articulação maior entre os estudos sobre a sociedade colonial brasileira e os estudos sobre a Afro-América, feitos tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Com essa iniciativa, ganham os estudiosos norte-americanos, que ao se debruçarem sobre o Brasil tornam mais complexa sua visão da Afro-América e do

mundo atlântico, ganham os estudiosos brasileiros, que ampliam sua visão das culturas das comunidades negras para além das fronteiras da América portuguesa e são alertados para a importância em incorporar a África nas análises sobre o Brasil, e ganham os estudos de história atlântica em geral, ao se dar atenção também para o Atlântico sul.

Marina de Mello e Souza
Professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo.